Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

4.º Subseção Judiciária do Estado de São Paulo - Jutzo Federal da 7.º Vara Especializado em Execuções Fiscais.

Praça Barão do Rio Branco, n. 30. 2.º andar, Centro, Santos/SP, CEP: 11010-040, telefone: (13) 3325-0796 (endereço eletrônico: santos-se07-vara07@trf3.jus.br).

Período de atendimento: 9h às 19h.

EXECUÇÃO FISCAL/autos n. 0003203-73.2017.4.03.6104.

Exequente: "UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL".

Executados: (1) "E. D. VENANCIO EMPREITEIRA - ME"; e (2) ELSON DALITHESI VENANCIO.

TERMO DE PENHORA

Figuram na execução fiscal sob a numeração em referência (0003203-73.2017.4.03.6104): (1) polo ativo "União Federal - Fazenda Nacional", inscrita no CNPJ sob a numeração 00.394.460/0001-41 80 (2) polo passivo: (2.1) "E. D. VENANCIO EMPREITEIRA - ME", pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob (2) polo passivo: (2.1) "E. D. VENANCIO EMPREITEIRA - ME", pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob numeração 08.776.721/0001-08; <u>e</u> (<u>2.2</u>) ELSON DALITHESI VENANCIO, inscrito no CPF sob numeração 274.296.478-98.

Considerado o **r. ato judicial** proferido por Sua Excelência, MM. Juiz Federal ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA (Id.: 41525737), lavra-se termo de perboro incidente.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE GUARUJÁ. LIVRO: 2 - REGISTRO GERAI MATRÍCULA: 101.332. FICHA: 01. Guarujá, 29 de agosto de 2.011. "Imóvel: Apartamento nº 6 localizado no 6º andar do Edifício IBIZA, Torre B, integrante do CONDOMÍNIO MAREAS, situado na Avenida General Rondon 400, na Vila Negrinha, nesta cidade, município e comarca de Guarujá-SP, com a área privativa coberta edificada de 118,0500m², área comum coberta edificada de 74,9639m², perfazendo a área total edificada de 193,0139m², correspondendo-lhe uma fração ideal ε terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,004816, cabendo o direito de uso de 02 (duas) vagas, individuais σ indeterminadas, na garagem coletiva localizada nos 2º e 1º subsolos. ..." (Id.: 35336080).

Destaque-se o seguinte comando judicial sobre peculiaridade da constrição no caso sub judice: "Anoto que tratando-se de penhora de bem indivisível, a constrição deverá recair sobre a totalidade do imóvel que o equivalente à quota parte do coproprietário ou do cônjuge alheios à execução recairá sobre produto da alienação, nos termos do art. 843 do Código de Processo Civil." (Id.: 41525737).

Frise-se que o montante consolidado do <u>crédito</u> e dos <u>consectários legais</u> pretendido na espécie quantifica-se m **R\$ 281.265,62** (duzentos e oitenta e um mil e duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e doi general e centavos), tudo apurado até 23 de outubro de 2.020 (Id.: 40735586).

Nomeia-se para a função de <u>depositário</u> o próprio coexecutado, o **Sr.** Elson Dalithero Venancio, inscrito no CPF sob a numeração 274.296.478-98, residente e/ou domiciliado na (a) **Avenida** Miguel Alorso Congreloz 305/14 Cuervió/SPI e/ou no (b) Avenido Congrelo Pondon 400 Cuervió/SI

Miguel Alonso Gonzalez, 395/14, Guarujá/SP; e/ou na (b) Avenida General Rondon, 400, Guarujá/SI 8 No mandado de intimação do depositário, deverão constar esses endereços; igualmente, essas referência deverão estar no mandado para intimação do cônjuge do **Sr. Elson Dalithesi Venancio.**



Santos/SP, 20 de março de 2.021. Eu, Fabio A. Oliveira, analista judiciário, digitei este termo de penhora; eu, José Carlos Dias de Cerqueira, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevo por determinação do MM. Juiz Féls. 5 al.

José Carlos Dias de Cerqueira

Diretor de Secretaria





Este documento foi gerado pelo usuário 094.***.***-13 em 06/08/2024 16:56:25 Número do documento: 21032209452157700000042946482